
***Centro Brasileiro de
Relações
Internacionais -
CEBRI***

***Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2018
e relatório do auditor independente***



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Ao Conselho Curador
Centro Brasileiro de Relações Internacionais - CEBRI

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Centro Brasileiro de Relações Internacionais - CEBRI (a "Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Centro Brasileiro de Relações Internacionais - CEBRI em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de



Centro Brasileiro de Relações Internacionais - CEBRI


auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 24 de abril de 2019


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5


Patricio Marques Roche
Contador CRC 1RJ081115/O-4

Centro Brasileiro de Relações Internacionais - CEBRI

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro
Em reais

Ativo	2018	2017
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3)	1.744.441	1.338.291
Contas a receber (Nota 4)	204.901	
Demais ativos circulantes (Nota 5)	<u>18.808</u>	<u>18.815</u>
	<u>1.968.150</u>	<u>1.357.106</u>
Não circulante		
Imobilizado (Nota 6)	<u>49.654</u>	<u>34.570</u>
Total do ativo	<u><u>2.017.804</u></u>	<u><u>1.391.676</u></u>
Passivo e patrimônio líquido		
Circulante		
Fornecedores (Nota 7)	171.261	34.213
Obrigações sociais (Nota 8)	90.727	70.748
Demais passivos circulantes (Nota 9)	<u>724</u>	<u>2.833</u>
	<u>262.712</u>	<u>107.794</u>
Patrimônio líquido (Nota 10)		
Fundo patrimonial	870.809	870.809
Superávit acumulado	<u>884.283</u>	<u>413.073</u>
	<u>1.755.092</u>	<u>1.283.882</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u><u>2.017.804</u></u>	<u><u>1.391.676</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Centro Brasileiro de Relações Internacionais - CEBRI

Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Receitas Operacionais		
Sem Restrição		
Contribuições, doações e participações em convênios (Nota 12)	2.846.485	1.841.951
Receitas financeiras (Nota 13)	73.219	79.869
Demais receitas	38.119	18.363
Gratuidades (Nota 14)	<u>1.707.355</u>	<u>1.868.832</u>
	<u>4.665.178</u>	<u>3.809.015</u>
Despesas operacionais		
Projetos	489.663	217.630
Prestação de serviços	866.316	348.710
Aluguel e encargos da locação	152.000	65.180
Pessoal	372.923	604.970
Trabalho voluntário (recebido em gratuidade) (Nota 14)	1.707.355	1.868.832
Depreciação	8.698	8.950
Viagens	14.550	2.520
Telefonia	10.255	11.930
Financeiras	5.607	4.314
Comunicação e Publicações	106.127	33.909
Despesas Eventos Cebri	58.786	6.350
Assistência contábil	9.630	14.605
Outras	<u>392.058</u>	<u>222.348</u>
	<u>4.193.968</u>	<u>3.410.248</u>
Superávit do exercício	<u><u>471.210</u></u>	<u><u>398.767</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Centro Brasileiro de Relações
Internacionais – CEBRI**

**Demonstrações das mutações do
patrimônio líquido em 31 de dezembro**
Em reais

	<u>Fundo patrimonial</u>	<u>Superávit acumulado</u>	<u>Total</u>
Em 31 de dezembro de 2016	870.809	14.306	885.115
Superavit do exercício		<u>398.767</u>	<u>398.767</u>
Em 31 de dezembro de 2017	870.809	413.073	1.283.882
Superávit do exercício		<u>471.210</u>	<u>471.210</u>
Em 31 de dezembro de 2018	<u>870.809</u>	<u>884.283</u>	<u>1.755.092</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Centro Brasileiro de Relações Internacionais – CEBRI

Demonstrações dos fluxos de caixas
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	471.210	398.767
<u>Ajustes ao superávit do exercício</u>		
Depreciação	8.698	8.952
<u>Variações nos ativos e passivos</u>		
Contas a receber	(204.901)	
Demais ativos circulantes	7	6.142
Fornecedores	137.048	29.940
Obrigações sociais	19.979	(71.331)
Demais passivos circulantes	(2.109)	96
Caixa gerado pelas atividades operacionais	<u>429.932</u>	<u>372.566</u>
<u>Fluxo de caixa das atividades de investimento</u>		
Pagamento pela compra do ativo imobilizado	(23.782)	(17.441)
Caixa aplicado nas atividades de investimento	<u>(23.782)</u>	<u>(17.441)</u>
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	<u>406.150</u>	<u>355.125</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.338.291	983.166
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>1.744.441</u>	<u>1.338.291</u>
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	<u>406.150</u>	<u>355.125</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Centro Brasileiro de Relações Internacionais – CEBRI

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

O Centro Brasileiro de Relações Internacionais - CEBRI (a "Entidade" ou o "CEBRI"), constituído em 22 de junho de 1998 e com prazo indeterminado de duração, é uma pessoa jurídica de direito privado, sob forma de associação civil sem fins lucrativos e com o objetivo de incentivar a realização de atividades que contribuam para o desenvolvimento do País e de sua maior inserção na comunidade internacional, desenvolvendo estudo das relações internacionais do Brasil, a curto, médio e longo prazos, em caráter multidisciplinar, promovendo o intercâmbio cultural e educacional mediante implementação de convênios ou outras formas de cooperação com entidades públicas ou privadas, universidades e centros de pesquisa voltados para a área das relações internacionais, brasileiros ou estrangeiros, realizando eventos que estimulem o acesso e/ou a divulgação dos bens culturais produzidos ou criados no País ou no exterior. De acordo com o seu estatuto social, existem as seguintes categorias de associados: fundadores, beneméritos, mantenedores, colaboradores e diplomático.

A Entidade possui sede no Rio de Janeiro e é uma OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público), independente, multidisciplinar e apartidária, formada com o objetivo de promover estudos e debates sobre temas prioritários da política externa brasileira e das relações internacionais em geral.

Os associados não participam do patrimônio social e não serão distribuídos dividendos, lucros de qualquer espécie, bonificações sob nenhuma forma ou pretexto e não será alienada qualquer parcela do patrimônio social, a título de lucro ou participação nos resultados a seus administradores eleitos, conselheiros, mantenedores ou associados.

O patrimônio social do CEBRI é formado por contribuições de seus associados, doações ou legado destes ou de terceiros, dotações de poderes públicos federal, estaduais e municipais, juros e rendas de bens ou valores mobiliários ou imobiliários que possua ou venha a possuir e por outras receitas. Os seus recursos são principalmente aplicados no País, ou em projetos de seu interesse, na consecução e no desenvolvimento do objetivo social.

Em caso de dissolução, os bens do CEBRI reverterão em favor de outra sociedade congênere, de finalidade idêntica, escolhida pelo Conselho Curador e aprovada por assembleia geral.

Por ser uma associação sem fins lucrativos, as suas receitas estão isentas de quaisquer contribuições e o superávit apurado, quando aplicável, está isento da contribuição social e do imposto de renda da pessoa jurídica.

No entendimento da administração e de seus consultores jurídicos, o CEBRI vem cumprindo todos os dispositivos da legislação aplicável a entidades sem fins lucrativos.

Na Assembleia Geral Ordinária realizada em 02 de maio de 2017, foi eleito Presidente do Conselho Curador, o Sr. José Pio Borges de Castro Filho, para o mandato de dois anos, encerrando-se em 02 de maio de 2019. No âmbito da Secretaria Executiva, Julia Dias Leite, Diretora Executiva, foi mantida na mesma função.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

Centro Brasileiro de Relações Internacionais – CEBRI

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em reais, exceto quando indicado de outra forma

2.1 Base de preparação e apresentação (Conforme a Resolução CFC nº 1409/12)

As presentes demonstrações financeiras foram examinadas e aprovadas pelo Conselho Curador da Entidade em 24 de abril de 2019.

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo a ITG 2002 (R1) – "Entidades sem finalidade de lucros" ("ITG 2002 (R1)") combinada com a NBC TG1000 ("CPC PME – "Contabilidade para pequenas e médias empresas"). Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Entidade no processo de aplicação das políticas contábeis. A área da demonstração financeira que requer maior nível de julgamento e possui maior complexidade refere-se à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado (nota 2.8).

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a Entidade atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade e, também, a sua moeda de apresentação.

2.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor.

O caixa e equivalentes de caixa mantidos como instrumentos financeiros estão demonstrados ao custo amortizado menos provisão para perda, quando aplicável.

2.3 Imobilizado

Compreende os ativos utilizados na operação da Entidade. O ativo imobilizado está demonstrado ao custo histórico de aquisição deduzido da depreciação calculada pelo método linear às taxas mencionadas na nota 5, que levam em consideração a estimativa de vida útil-econômica dos bens, e de qualquer perda não recuperável.

O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido.

2.4 Demais ativos

Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os rendimentos auferidos.

2.5 Provisões para perdas por *impairment* em ativos não financeiros

Os ativos sujeitos à depreciação são revisados anualmente para verificação do valor recuperável. Quando houver indício de perda do valor recuperável (*impairment*), o valor contábil do ativo é testado. Uma perda é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo, menos as despesas de venda, e o valor em uso. Para fins de avaliação de perda, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais exista fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades

Centro Brasileiro de Relações Internacionais – CEBRI

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 Em reais, exceto quando indicado de outra forma

Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros que tenham sofrido redução são revisados para identificar uma possível reversão da provisão para perdas por *impairment* na data do balanço.

2.6 Provisões e demais passivos circulantes

As provisões são reconhecidas quando a Entidade tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor possa ser estimado com segurança. Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras.

Os demais passivos são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos.

2.7 Apuração do Superávit (déficit)

As receitas de contribuições e doações são reconhecidas quando do seu recebimento.

Os rendimentos das aplicações financeiras, dos títulos e valores mobiliários, as demais receitas auferidas e as despesas incorridas são reconhecidas em regime de competência.

Os bens e valores recebidos em decorrência de convênios são registrados no ativo circulante (Caixa e equivalentes de caixa ou demais ativos circulantes, conforme o caso) em contrapartida à conta Recursos de convênios. Na aplicação dos recursos, também são utilizadas as mencionadas contas. Ao final do convênio, se não houver exigência de recursos adicionais ou de devolução, o resultado é registrado em contas de receitas/despesas ou, no caso de bens, no Imobilizado.

Conforme requerido pela ITG 2002 (R1), o valor atribuído ao trabalho voluntário recebido pela Entidade foi contabilizado como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro e uma doação respectivamente (despesa e receita no mesmo montante). As gratuidades recebidas no exercício foram contabilizadas como receitas de doações em contrapartida a despesas correspondentes, nos mesmos montantes. Na mensuração destes serviços, foi utilizado o valor justo percebido (nota 13).

2.8 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros.

Na elaboração das demonstrações financeiras, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Entidade incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

Centro Brasileiro de Relações Internacionais – CEBRI

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 Em reais, exceto quando indicado de outra forma

3 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Caixa	4.487	2.213
Bancos (i)	510.290	190.829
Aplicações financeiras de liquidez imediata (ii)	<u>1.229.664</u>	<u>1.145.249</u>
	<u>1.744.441</u>	<u>1.338.291</u>

- (i) Referem-se a valores mantidos em conta corrente com a única finalidade de aplicação nos projetos em desenvolvimento pela Entidade e manutenção das atividades do CEBRI.
- (ii) Representadas por CDBs – Certificado de Depósito Bancário e por OCOs - Operações Compromissadas e fundos de investimentos. São indexados à variação da Selic e têm liquidez imediata.

4 Contas a receber

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
BNDES (i)	<u>204.901</u>	<u> </u>
	<u>204.901</u>	<u> </u>

- (i) Refere-se a parcela final de patrocínio concedido pelo BNDES para a realização da “1ª Conferência Anual CEBRI-BNDES” e para o “Seminário BNDES-CEBRI” ocorridos em 21 de novembro de 2018 e 12 de dezembro de 2018, respectivamente. O valor foi recebido pelo Cebri em 12 de abril de 2019.

5 Demais ativos circulantes

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Valores a Receber	2.156	2.153
Título de Capitalização (i)	<u>16.652</u>	<u>16.662</u>
	<u>18.808</u>	<u>18.815</u>

- (i) Refere-se a Título de Capitalização da Sul América adquirido com a finalidade de servir de caução para o contrato de aluguel da sede administrativa do CEBRI.

Centro Brasileiro de Relações Internacionais – CEBRI

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 Em reais, exceto quando indicado de outra forma

6 Imobilizado

	<u>Edificações Benfeitorias</u>	<u>Equipamentos E instalações</u>	<u>Móveis e Utensílios</u>	<u>Outros</u>	<u>Imobilizado Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2017					
Custo total	422.651	209.474	161.445	65.436	859.006
Depreciação Acumulada	<u>(422.651)</u>	<u>(207.427)</u>	<u>(160.044)</u>	<u>(34.314)</u>	<u>(824.436)</u>
Valor residual		<u>2.047</u>	<u>1.401</u>	<u>31.122</u>	<u>34.570</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2018					
Custo total	422.651	216.304	161.445	82.388	882.788
Depreciação Acumulada	<u>(422.651)</u>	<u>(209.798)</u>	<u>(161.445)</u>	<u>(39.240)</u>	<u>(833.134)</u>
Valor residual		<u>6.506</u>		<u>43.148</u>	<u>49.654</u>
Taxas anuais de depreciação - %	20	10	10	10	

7 Fornecedores

Registram contas a pagar com fornecedores diversos.

8 Obrigações sociais

Obrigações sociais registram, principalmente, encargos incidentes sobre a folha de pagamento e férias dos funcionários.

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Salários a pagar	18.500	18.189
Contribuições sociais a recolher	37.599	32.138
Provisão de férias e 13º	34.628	20.421
	<u>90.727</u>	<u>70.748</u>

Centro Brasileiro de Relações Internacionais – CEBRI

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 Em reais, exceto quando indicado de outra forma

9 Demais passivos circulantes

A Companhia possui convênio vigente com a Fundação Konrad Adenauer.

Fundação Konrad Adenauer

Parceiros há mais de 10 anos, o CEBRI e a Fundação Konrad Adenauer (KAS) promovem iniciativas que contribuem para a produção de conhecimento especializado nas áreas onde se encontram os principais desafios do país. Ao longo dos anos, o trabalho conjunto resultou em workshops, seminários e publicações focados em temas fundamentais das relações internacionais.

Em 2018, com apoio da KAS, o CEBRI desenvolveu o projeto "Diálogo Brasil-Alemanha", voltado à discussão sobre temas estratégicos ao fortalecimento do relacionamento bilateral, em suas dimensões institucional, política e econômica. Neste sentido, foram organizados workshops reunindo academia, setor público e setor privado para o debate sobre tópicos selecionados, além de seminário aberto para divulgação dos resultados para público mais amplo.

Os eventos, elencados abaixo, originaram três *policy papers* e um relatório final contendo análises e recomendações voltadas ao fortalecimento do relacionamento bilateral Brasil-Alemanha.

- 1º workshop (RJ) - Relações Institucionais Brasil-Alemanha: Cooperação ambiental e energética
- 2º workshop (Brasília) - Relações Políticas Brasil-Alemanha: Cooperação em Paz e Segurança
- 3º workshop (SP) - Relações Econômicas Brasil-Alemanha e a Geopolítica da Energia
- Seminário Final (RJ) - Brasil-Alemanha: Indústria 4.0 e Inovação

10 Patrimônio líquido

(a) Fundo Patrimonial

O Fundo Patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 é de R\$ 870.809.

(b) Superávit/Déficit

O superávit/déficit pode ser transferido para o fundo patrimonial mediante a aprovação do Conselho Curador. O superávit do exercício foi de R\$ 471.210 (superávit de R\$ 398.767 em 2017).

11 Aspectos relacionados a impostos e contribuições

(a) Imposto de renda e contribuição social

O CEBRI tem isenção do imposto de renda e contribuição social sobre o superávit em conformidade com o artigo 15 da Lei 9.532/97.

Centro Brasileiro de Relações Internacionais – CEBRI

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)

O CEBRI, conforme determina a legislação em vigor, está sujeito à apuração do PIS com base na folha de salários à alíquota de 1%.

O CEBRI é isento da COFINS, pois conforme a Legislação em vigor, a incidência deste tributo não se aplica às receitas oriundas das atividades estatutárias.

(c) Contribuição previdenciária ao INSS - quota patronal

O CEBRI, conforme determina a legislação em vigor, está sujeito ao recolhimento de contribuição previdenciária ao INSS - quota patronal.

12 Contribuições, doações e participações em convênios

Nos termos do estatuto social, as doações são recebidas por meio de depósitos identificados em conta corrente bancária exclusiva no Banco Itaú S.A. em nome da Entidade. Os doadores são pessoas físicas e entidades jurídicas identificadas e legalmente constituídas no Brasil e no exterior, para as quais são emitidos recibos de doação conforme previsto pela legislação vigente. Não são aceitas doações em dinheiro e/ou numerário de outra forma. A seguir, a constituição das doações recebidas.

Montante das Doações	2018	2017
Pessoa Física	150.368	128.156
Pessoa Jurídica	2.696.117	1.713.795
Total	<u>2.846.485</u>	<u>1.841.951</u>

Origem das Doações	2018	2017
Nacionais	2.380.828	1.326.205
Internacionais	465.657	515.746
Total	<u>2.846.485</u>	<u>1.841.951</u>

13 Receitas financeiras

As Receitas financeiras do CEBRI se referem a rendimentos de aplicações em CDI e Fundos de investimentos. Os rendimentos totalizaram em 2018 R\$ 73.219 (R\$ 79.869 em 2017).

Centro Brasileiro de Relações Internacionais – CEBRI

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em reais, exceto quando indicado de outra forma

14 Gratuidades recebidas e trabalho voluntário

Conforme determinado pela ITG 2002 (R1), para efeito de cumprimento à resolução aplicável a entidades sem finalidade de lucros, o CEBRI identificou e mensurou todo o valor de gratuidade e trabalho voluntário por ele recebido durante os exercícios de 2018 e de 2017.

Os valores de gratuidade e trabalho voluntário foram reconhecidos com base em valores de mercado correspondentes a cada um dos serviços recebidos e estão assim sumarizados:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Trabalho voluntário (i)	1.067.410	1.097.192
Remuneração dos Conselheiros (ii)	521.260	588.168
Serviços de auditoria (iii)	97.000	89.000
Serviços de advocacia (iv)	21.685	94.472
	<u>1.707.355</u>	<u>1.868.832</u>

Foi identificada a importância de R\$ 1.707.355 (R\$1.868.832 em 2017) recebida a título de Gratuidades recebidas e trabalho voluntário, sendo este valor apurado, como dito acima, conforme a média normalmente aceita pelo mercado. Os serviços gratuitos compreendem, em sua maioria, participações dadas, serviços de auditoria e honorários advocatícios.

(i) A contabilidade do trabalho voluntário baseou-se no número de participações nos eventos realizados pelo CEBRI. Ao longo de 2018 foram realizados 81 eventos (79 em 2017), totalizando 830 participações (906 em 2017), as quais foram divididas pela origem de quem as ministrou, conforme demonstrado a seguir:

- Professores: 291 participações (366 em 2017);
- Ministros de estado: 53 participações (40 em 2017);
- Embaixadores: 151 participações (207 em 2017);

- C.E.O: 335 participações (288 em 2017); e
- Estagiários voluntários: 0 participações (5 em 2017).

Os valores atribuídos às categorias mencionadas acima foram:

- R\$ 786 (R\$ 692 em 2017) para professores, totalizando R\$ 228.726 (R\$ 253.272 em 2017);
- R\$ 1.556 (R\$ 1.556 em 2017) para Ministros de Estado, CEO's e Embaixadores, totalizando R\$ 838.684 (R\$ 832.460 em 2017); e
- Estagiários voluntários R\$ 0 (R\$ 11.460 em 2017).

Em busca de uma melhor prática e transparência, a metodologia aplicada para mensurar o custo da participação dos voluntários vem sendo aprimorada a cada ano, desde a sua implementação em 2011. A atuação dos Membros dos Conselhos, CEO e Ministros foi baseada na tabela divulgada pelo IBGC (Instituto Brasileiro de Governança Corporativa) na Categoria Conselho de Administração, e a dos professores, na tabela da Federação de Sindicatos

Centro Brasileiro de Relações Internacionais – CEBRI

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em reais, exceto quando indicado de outra forma

de Professores de Instituições Federais de Ensino Superior – Proifes - Categoria magistério superior com doutorado.

(ii) A remuneração dos conselheiros foi baseada no número de aparições em almoços do conselho curador R\$ 466.800 (R\$ 536.820 em 2017), reuniões do comitê executivo R\$ 49.792 (R\$ 46.680 em 2017) e conselho fiscal R\$ 4.668 (R\$ 4.668 em 2017).

(iii) Atribuímos, também, os valores de R\$ 97.000 (R\$ 89.000 em 2017) para os serviços de auditoria, com base no contrato celebrado entre as partes.

(iv) Em relação aos serviços de advocacia, foram consideradas 3 consultas concedidas ao longo do ano de 2018, (13 em 2017) totalizando R\$ 21.685 (R\$ 94.472 em 2017) para os serviços de Consultoria jurídica. Levou-se em consideração a tabela de honorários da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, assim como em 2017.

Nenhum dos valores acima teve o desembolso de caixa correspondente, tendo sido reconhecidos, em 2018 e 2017, como receita e despesa operacional na demonstração do resultado, em montantes iguais, sem efeito no superávit do exercício.

Ressaltamos ainda, que nenhum dos membros do Conselho Curador e da administração recebe honorários por vedação expressa no estatuto da Entidade.

* * *